



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

PETIÇÃO (SEÇÃO) Nº 5036772-24.2020.4.04.0000/RS

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

REQUERENTE: JUÍZO FEDERAL DA 4ª VF DE CASCAVEL

REQUERIDO: WELLINGTON FREITAS DA ROCHA

ADVOGADO: MARILEIA RODRIGUES MUNGO DOS SANTOS (OAB PR029538)

REQUERIDO: ROBERTO SORIANO

ADVOGADO: MARCELO LUIS MARTINS DA SILVA (OAB PR051985)

ADVOGADO: HEBER CARVALHO PRESSUTO (OAB PR075386)

ADVOGADO: ADRIANO HISAO MOYSES KAWASAKI (OAB SP300198)

REQUERIDO: ELNATAN CHAGAS DE CARVALHO

ADVOGADO: FABRICIO DIAS VITAL (OAB PR034210)

ADVOGADO: TARCISO NEIMAYER SOARES (OAB PR071285)

REQUERIDO: EDY CARLOS CAZARIM

ADVOGADO: ALEXANDRE VARGAS AGUIAR (DPU)

REQUERIDO: ANDRESSA SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO: MOACIR FERRARI (OAB PR084236)

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI.
HOMICÍDIO QUALIFICADO, TENTATIVA DE
HOMICÍDIO QUALIFICADO E CRIMES CONEXOS.
DESAFORAMENTO. DÚVIDA QUANTO À
IMPARCIALIDADE DOS JURADOS. HIPÓTESE
DEMONSTRADA.

1. O desaforamento consiste no deslocamento da competência territorial de uma comarca ou subseção judiciária para outra, onde se dará o julgamento pelo Tribunal do Júri, tratando-se, pois, de medida excepcional, autorizada apenas nas hipóteses previstas nos artigos 427 e 428 do Código de Processo Penal.

2. A existência de fundada dúvida acerca da imparcialidade do corpo de jurados a ser formado na localidade é causa suficiente para se determinar o desaforamento do julgamento, não se exigindo prova da parcialidade.

3. A opinião do juiz da causa, em razão da proximidade com o fato, as partes, os dados do processo e sobretudo a comunidade local, é de suma relevância na aferição da existência de dúvida quanto à imparcialidade do corpo de jurados a ser formado. Precedentes do STJ e do STF.

4. *In casu*, a gravidade concreta dos delitos, e, principalmente, a sua apontada motivação, amplamente divulgada pela mídia ao tempo do fatos, bem assim o estabelecimento na região da organização criminosa supostamente responsável pelo seu planejamento e execução, indicam que o fato objeto dos autos pode ter causado certa comoção na comunidade, gerando algum nível de alteração nos ânimos apto a afetar a imparcialidade dos indivíduos eventualmente escolhidos para compor o corpo de jurados.

5. Reconhecida a existência de fundadas dúvidas acerca da imparcialidade do corpo de jurados que venha a ser formado no município de Cascavel/PR, impõe-se o desaforamento do julgamento em questão. Não se podendo estabelecer um local mais próximo onde os efeitos do delito entre a comunidade sejam de menor monta, convém determinar-se que o julgamento seja realizado na Subseção de Curitiba/PR, onde se presume que, dado o distanciamento dos fatos e o porte da cidade, será possível a continuidade do julgamento com a necessária isenção.

6. Representação pelo desaforamento acolhida para o fim de determinar que o julgamento do Procedimento Especial dos Crimes de Competência do Júri nº 5000465-76.2018.4.04.7005/PR seja realizado na Subseção de Curitiba/PR.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, acolher a representação pelo desaforamento, para o fim de determinar que o julgamento do Procedimento Especial dos Crimes de Competência do Júri nº 5000465-76.2018.4.04.7005/PR seja realizado na Subseção de Curitiba/PR, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 15 de outubro de 2020.

Documento eletrônico assinado por **JOÃO PEDRO GEBRAN NETO, Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002069603v7** e do código CRC **fb5384fd**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): JOÃO PEDRO GEBRAN NETO
Data e Hora: 15/10/2020, às 19:29:30

5036772-24.2020.4.04.0000

40002069603.V7



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

PETIÇÃO (SEÇÃO) Nº 5036772-24.2020.4.04.0000/RS

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

REQUERENTE: JUÍZO FEDERAL DA 4ª VF DE CASCAVEL

REQUERIDO: WELLINGTON FREITAS DA ROCHA

ADVOGADO: MARILEIA RODRIGUES MUNGO DOS SANTOS (OAB PR029538)

REQUERIDO: ROBERTO SORIANO

ADVOGADO: MARCELO LUIS MARTINS DA SILVA (OAB PR051985)

ADVOGADO: HEBER CARVALHO PRESSUTO (OAB PR075386)

ADVOGADO: ADRIANO HISAO MOYSES KAWASAKI (OAB SP300198)

REQUERIDO: ELNATAN CHAGAS DE CARVALHO

ADVOGADO: FABRICIO DIAS VITAL (OAB PR034210)

ADVOGADO: TARCISO NEIMAYER SOARES (OAB PR071285)

REQUERIDO: EDY CARLOS CAZARIM

ADVOGADO: ALEXANDRE VARGAS AGUIAR (DPU)

REQUERIDO: ANDRESSA SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO: MOACIR FERRARI (OAB PR084236)

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATÓRIO

Cuida-se de representação formulada pelo Juízo da 4ª Vara Federal de Cascavel/PR, com fulcro no art. 427 do Código de Processo Penal, visando o desaforamento do julgamento do crime doloso contra a vida praticado contra a servidora pública federal e psicóloga da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, Melissa de Almeida Araújo, e demais crimes conexos (Procedimento Especial dos Crimes de Competência do Júri nº 500465-76.2018.404.7005), os quais teriam sido encomendados pela organização criminosa PCC - Primeiro Comando da Capital.

Sustenta o juízo originário, em síntese, que o desaforamento é necessário ao correto deslinde da causa, uma vez que há fundada dúvida sobre a imparcialidade do júri na cidade de Cascavel/PR. Aponta que o delito teve larga repercussão na mídia e na sociedade local, sobretudo pela nítida finalidade dos criminosos em intimidar as Forças de Segurança, mediante estratégia e violência incomuns para a região, o que gerou grande comoção e temor na comunidade, constituindo motivo real para que eventual Conselho de Sentença não se sinta à vontade para decidir o caso com justiça, calma e imparcialidade.

Intimado nesta instância, o douto representante do Ministério Público Federal manifestou-se pela necessidade de oitiva das defesas dos acusados acerca da representação pelo desaforamento do

julgamento, sob pena de nulidade, nos termos da Súmula nº 712 do Supremo Tribunal Federal ("*É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do Júri sem audiência da defesa*") (evento 1, PROCJUDIC3, fls. 9/11).

A Defensoria Pública da União, representando o acusado EDY CARLOS CAZARIM, manifestou-se favoravelmente ao desaforamento do julgamento, argumentando que, embora o *alarde midiático e o clamor público* tenham sido *desarrazoados e equivocados*, haveria *que se concordar que o simples temor de sofrer retaliação de organização criminosa poderosa é suficiente para viciar o veredicto emacular o julgamento livre e desembaraçado da ação penal*. Asseverou, ainda, que, *face à relevância da argumentação deduzida na representação*, haveria receio, inclusive, quanto à parcialidade do Juiz presidente da 4ª Vara Federal de Cascavel/PR, o qual poderia ter sua atividade jurisdicional comprometida (evento 1, PROCJUDIC3, fls. 54/56).

A defesa do acusado ROBERTO SORIANO, por sua vez, postulou a intimação do Ministério Público Federal para que, na condição de titular da ação penal, se manifestasse antes da defesa dos réus, sob pena de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa (evento 1, PROCJUDIC3, fls. 59/61).

O Ministério Público Federal, então, manifestou-se pela procedência da representação pelo desaforamento do julgamento, em parecer assim sintetizado (evento 1, PROCJUDIC3, fls. 66/76):

PROCESSO PENAL. REPRESENTAÇÃO DO JUÍZO PELO DESAFORAMENTO DO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. OPERAÇÃO ERÍNEAS. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO. ARTIGO 121, § 2º, I, IV E VII, DO CÓDIGO PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, IV, V E VII, C/C O ARTIGO 14, INCISO II, TODOS DO CÓDIGO PENAL. POSSE E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ARTIGO 16 DA LEI N.º 10.826/2003. RECEPÇÃO. ARTIGO 180 DO CÓDIGO PENAL. INCÊNDIO. ARTIGO 250 DO CÓDIGO PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ARTIGO 2º DA LEI N.º 12.850/2013. PRELIMINAR. RETIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO À 4ª SEÇÃO. MÉRITO. DÚVIDA SOBRE A IMPARCIALIDADE DE EVENTUAL CONSELHO DE SENTENÇA. RELEVÂNCIA DA OPINIÃO DO JUÍZO SINGULAR. INDÍCIOS CONCRETOS.

I. Preliminares

1. Tratando-se de representação do juízo pelo desaforamento do julgamento e não de recurso de apelação, faz-se necessária a retificação da autuação.

2. Nos termos do art. 9º, inciso XII, do Regimento Interno do E. TRF da 4ª Região, compete à 4ª Seção processar e julgar os pedidos de desaforamento de julgados de competência do Tribunal do Júri, devendo o feito ser redistribuído àquele órgão julgador.

II. Mérito

1. O desaforamento do júri é justificado quando o interesse da ordem pública o reclamar; quando houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou, ainda, a segurança pessoal do acusado, conforme dispõe o art. 427 do Código de Processo Penal.

2. A opinião do juízo a quo adquire especial relevância para a avaliação da necessidade de desaforamento do feito, pois possui relação direta com a comunidade integrada pelos possíveis jurados e conhece as repercussões dos fatos tratados no processo e seus desdobramentos. Precedentes do TRF4 e do STJ.

3. Os eventos gravíssimos delituosos sucedidos na região causaram e continuam provocando enorme abalo à sociedade e ampla repercussão na mídia, conforme narrados pelo magistrado singular, sendo evidente que se trata situação sensível e atual que, por todos os fatores envolvidos, se revela capaz de influenciar no ânimo dos julgadores e de comprometer o livre convencimento de integrantes do conselho eventualmente formado em Cascavel/PR. A forma e a extensão da ação criminosa extrapolaram a esfera restrita das vítimas, passando a afetar toda a comunidade local, não sendo indicado um julgamento local nessas circunstâncias adversas, eis que jurados estão diretamente influenciados pelos acontecimentos passados e presentes, pois, como visto, o crime gerou e ainda gera intensa comoção e repercussão.

4. Havendo dúvida razoável acerca da imparcialidade dos possíveis integrantes do conselho de sentença, com base em elementos concretos, impõe-se o desaforamento da sessão do tribunal do júri.

5. Parecer pela procedência da representação do juízo pelo desaforamento do feito.

Na sequência, determinou-se a retificação da classe processual do presente feito para PETIÇÃO (Seção) e a reiteração da intimação dos requeridos para manifestação quanto à representação pelo desaforamento formulada pelo Juízo da 4ª Vara Federal de Cascavel/PR.

A defesa do acusado ROBERTO SORIANO manifestou-se contrariamente ao desaforamento do julgamento, sustentando, em síntese, que (a) o acolhimento da representação geraria prejuízo para a defesa, uma vez que permitiria à acusação a divulgação, perante os jurados da nova Subseção, que o próprio Tribunal Regional Federal já teria reconhecido e declarado a culpa do acusado; (b) as notícias colacionadas na representação são de ao menos três anos atrás, já tendo a cidade voltado à normalidade desde então; (c) o magistrado representante mencionou fatos de outra ação penal, não conexa, com acusados diferentes, para justificar o desaforamento; (d) a mera repercussão do caso na mídia não justifica o desaforamento, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça; (e) o mencionado fato de ter havido exploração do caso pela mídia nacional denota inexistir local onde os jurados terão qualquer percepção prévia diferente daquela dos jurados de Cascavel/PR e região; e (f) o desaforamento do julgamento, nesse contexto, violará as regras de competência, bem como o Contraditório e a Ampla defesa (evento 21).

Os acusados WELLINGTON FREITAS DA ROCHA, ELNATAN CHAGAS DE CARVALHO e ANDRESSA SILVA DOS SANTOS, por sua vez, embora devidamente intimados por meio de seus procuradores constituídos, ficaram-se silentes.

É o relatório. À revisão.

Documento eletrônico assinado por **JOÃO PEDRO GEBRAN NETO, Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002069601v13** e do código CRC **2a7b00e7**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

Data e Hora: 18/9/2020, às 18:50:28

5036772-24.2020.4.04.0000

40002069601.V13



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

PETIÇÃO (SEÇÃO) Nº 5036772-24.2020.4.04.0000/RS

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

REQUERENTE: JUÍZO FEDERAL DA 4ª VF DE CASCAVEL

REQUERIDO: WELLINGTON FREITAS DA ROCHA

ADVOGADO: MARILEIA RODRIGUES MUNGO DOS SANTOS (OAB PR029538)

REQUERIDO: ROBERTO SORIANO

ADVOGADO: MARCELO LUIS MARTINS DA SILVA (OAB PR051985)

ADVOGADO: HEBER CARVALHO PRESSUTO (OAB PR075386)

ADVOGADO: ADRIANO HISAO MOYSES KAWASAKI (OAB SP300198)

REQUERIDO: ELNATAN CHAGAS DE CARVALHO

ADVOGADO: FABRICIO DIAS VITAL (OAB PR034210)

ADVOGADO: TARCISO NEIMAYER SOARES (OAB PR071285)

REQUERIDO: EDY CARLOS CAZARIM

ADVOGADO: ALEXANDRE VARGAS AGUIAR (DPU)

REQUERIDO: ANDRESSA SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO: MOACIR FERRARI (OAB PR084236)

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

VOTO

1. Breve resumo da lide de origem

No feito de origem (Procedimento Especial dos Crimes de Competência do Júri nº 5000465-76.2018.4.04.7005/PR), os representados **EDY CARLOS CAZARIM, WELLINGTON FREITAS DA ROCHA, ELNATAN CHAGAS DE CARVALHO, ANDRESSA SILVA DOS SANTOS e ROBERTO SORIANO** foram denunciados pela prática dos seguintes delitos:

(1) EDY CARLOS CAZARIM: crimes previstos no artigo 121, § 2º, I, IV e VII (FATO 1); no artigo 121, §2º, incisos IV, V e VII c/c o artigo 14, inciso II (FATO 2), todos do Código Penal; no artigo 16 da Lei 10.826/03 (FATO 3); no artigo 180, *caput*, do CP (FATO 4); no artigo 250 do CP (FATO 5); c/c o artigo 61, inciso II, “b”; e no artigo 2º, §2º, da Lei n. 12.850/2013 (FATO 6), na forma do artigo 29 (concurso de pessoas) e do artigo 69 (concurso material), do CP;

(2) WELLINGTON FREITAS DA ROCHA: crimes previstos no artigo 121, § 2º, incisos I, IV e VII (FATO 1); no artigo 121, §2º, incisos IV, V e VII, c/c o artigo 14, inciso II (FATO 2), todos do Código Penal; no artigo 16 da Lei 10.826/03 (FATO 3); no artigo 180, *caput*, do CP (FATO 4); e no artigo 2º, §2º da Lei n. 12.850/2013 (FATO6), na forma do artigo 29 (concurso de pessoas) e do artigo 69 (concurso material), do CP;

(3) ELNATAN CHAGAS DE CARVALHO: crimes previstos no artigo 121, § 2º, incisos I, IV e VII (FATO 1); no artigo 121, §2º, incisos IV, V e VII, c/c o artigo 14, inciso II (FATO 2), todos do Código Penal; no artigo 16 da Lei 10.826/03 (FATO 3); e no artigo 2º, §2º da Lei n. 12.850/2013 (FATO 6), na forma do artigo 29 (concurso de pessoas) e do artigo 69 (concurso material), do CP;

(4) ANDRESSA SILVA DOS SANTOS: crimes previstos no artigo 121, §, incisos I, IV e VII c/c o art. 29, §1º do CP (FATO 1), combinado com o artigo 2º, §2º, da Lei n. 12.850/2013 (FATO 6); e

(5) ROBERTO SORIANO: crimes previstos no artigo 121, § 2º, incisos I, IV e VII (FATO 1); no artigo 121, §2º, incisos IV, V e VII, c/c o artigo 14, inciso II (FATO 2), todos do CP; no artigo 16 da Lei 10.826/03 (FATO 3); e no artigo 2º, §2º da Lei n. 12.850/2013.

A inicial acusatória foi recebida em 02/02/2018.

Processado o feito, em 12/12/2018, sobreveio sentença de pronúncia assim sintetizada:

"Ante o exposto, nos termos do artigo 413 do Código de Processo Penal:

*i) **PRONUNCIO** o acusado **ROBERTO SORIANO** pela prática, em tese, dos crimes previstos no artigo 121, § 2º, I, IV e VII, do Código Penal (FATO 1); no artigo 121, § 2º, IV, V e VII, c/c o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal (FATO 2); e no artigo 2º, § 2º, da Lei n.º 12.850/2013 (FATO 6), na forma do artigo 69 do Código Penal (concurso material); e o **IMPRONUNCIO** pela prática do crime previsto no artigo 16 da Lei n.º 10.826/03 (FATO 3);*

*ii) **PRONUNCIO** o acusado **EDY CARLOS CAZARIM** pela prática, em tese, dos crimes previstos no artigo 121, § 2º, I, IV e VII, do Código Penal (FATO 1); no artigo 121, § 2º, IV, V e VII, c/c o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal (FATO 2); no artigo 16 da Lei n.º 10.826/03 (FATO 3); no artigo 180, caput, do Código Penal (FATO 4); no artigo 250 do Código Penal (FATO 5); e no artigo 2º, § 2º, da Lei n.º 12.850/2013 (FATO 6), na forma do artigo 69 do Código Penal (concurso material);*

*iii) **PRONUNCIO** o acusado **WELLINGTON FREITAS DA ROCHA** pela prática, em tese, dos crimes previstos no artigo 121, § 2º, I, IV e VII, do Código Penal (FATO 1); no artigo 121, § 2º, IV, V e VII, c/c o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal (FATO 2); no artigo 16 da Lei n.º 10.826/03 (FATO 3); no artigo 180, caput, do Código Penal (FATO 4); e no artigo 2º, § 2º, da Lei n.º 12.850/2013 (FATO 6), na forma do artigo 69 do Código Penal (concurso material);*

*iv) **PRONUNCIO** o acusado **ELNATAN CHAGAS DE CARVALHO** pela prática, em tese, dos crimes previstos no artigo 121, § 2º, I, IV e VII, do Código Penal (FATO 1); no artigo 121, § 2º, IV, V e VII, c/c o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal (FATO 2); no artigo 16 da Lei n.º 10.826/03 (FATO 3); e no artigo 2º, § 2º, da Lei n.º 12.850/2013 (FATO 6), na forma do artigo 69 do Código Penal (concurso material); e*

v) **PRONUNCIO** a acusada **ANDRESSA SILVA DOS SANTOS** pela prática, em tese, dos crimes previstos no artigo 121, § 2º, I, IV e VII, do Código Penal (FATO 1); e no artigo 2º, § 2º, da Lei n.º 12.850/2013 (FATO 6), na forma do artigo 69 do Código Penal (concurso material)."

Contra a sentença, os acusados WELLINGTON FREITAS DA ROCHA, ANDRESSA SILVA DOS SANTOS e EDY CARLOS CAZARIM interpuseram Recurso Criminal em Sentido Estrito, ao qual foi negado provimento, em julgamento que transitou em julgado em 20/05/2020 (cf. certidão do evento 53, CERTTRAN37, dos autos do Recurso Criminal em Sentido Estrito nº 5000465-76.2018.4.04.7005/PR).

Em **18/05/2020**, o Juízo da 4ª Vara Federal de Cascavel/PR, examinando requerimento da ré ANDRESSA, avocou os autos e, constatando o exaurimento dos recursos contra a sentença de pronúncia, determinou o prosseguimento do julgamento da Ação Penal. Além disso, invocando o artigo 427 do Código de Processo de Penal, **representou a este Tribunal Regional Federal da 4ª Região pelo desaforamento do julgamento do feito** (cópia trasladada no evento 268 dos autos do Procedimento Especial dos Crimes de Competência do Júri nº 5000465-76.2018.4.04.7005/PR), sob os seguintes fundamentos:

"(...)

3. Declarada encerrada a primeira fase do júri (jus acusaciones), naturalmente opera-se o início da etapa final do procedimento (jus causae), na qual se busca, ao fim e ao cabo, a realização da sessão de julgamento pelo órgão responsável por decidir sobre os crimes dolosos contra a vida (artigos 422 e seguintes do Código de Processo Penal).

Nada obstante, o presente caso esbarra em questão preliminar que precisa ser definida desde logo, uma vez que interfere frontalmente no aspecto da competência territorial do tribunal do júri, a possibilidade de desaforamento do feito.

Pois bem.

Prescreve a norma contida no artigo 427, caput, do Código de Processo Penal:

'Art. 427. Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas. (...)'

Trata-se de medida excepcional que atua como causa derogatória da competência territorial do júri, somente devendo ser deferida quando houver prova inequívoca de que ocorre qualquer dos pressupostos taxativamente referidos no dispositivo acima mencionado.

Apesar da excepcionalidade da medida, no caso concreto entendo que o desaforamento é necessário ao correto deslinde da causa, uma vez que há fundada dúvida sobre a imparcialidade do júri na cidade de Cascavel/PR.

Se viu durante a instrução processual que os crimes objetos da presente ação penal foram cometidos pelo Primeiro Comando da Capital - PCC, a fim de demonstrar poder e causar temor ao Estado, supostamente para diminuir a alegada opressão sofrida pela facção dentro do Sistema Prisional Federal.

A gravidade de um homicídio cometido contra integrante do Sistema Penitenciário Federal com o propósito de acuar o Estado no intuito de se obter benefícios à determinada facção criminosa dentro dos estabelecimentos prisionais federais já traz, por si só, grande destaque ao fato no âmbito social, sobretudo pela nítida finalidade dos criminosos em intimidar as Forças de Segurança.

Não fosse isso o suficiente, o delito foi cometido com estratagemas e violência incomuns para a região, o que gerou grande comoção na comunidade local.

Em breve síntese dos fatos, uma ordem de execução para o assassinato de dois agentes penitenciários federais lotados na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR foi determinada por membro da alta hierarquia do Primeiro Comando da Capital - PCC que estava custodiado dentro do Sistema Prisional Federal.

Após alguns meses de planejamento, a ordem criminosa foi inicialmente cumprida. No dia 02/09/2016, o agente penitenciário federal ALEX BELARMINO ALMEIDA SILVA foi brutalmente assassinado a tiros em um bairro residencial da cidade de Cascavel/PR, enquanto se deslocava para o trabalho. Os criminosos dispararam uma rajada de pelo menos 18 (dezoito) tiros contra a vítima, não permitindo qualquer chance de reação.

Os fatos estão sendo apurados na Ação Penal n.º 5008082-58.2016.4.04.7005 e foram noticiados na imprensa da seguinte maneira:

(...)

O temor social da região aumentou ainda mais quando a servidora pública federal MELISSA DE ALMEIDA ARAÚJO também foi alvo do crime organizado e sofreu um atentado junto com sua família, no dia 25/05/2017.

Nos mesmos moldes da morte de ALEX BELARMINO ALMEIDA SILVA, a psicóloga da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR foi brutalmente assassinada por membros do Primeiro Comando da Capital - PCC, em razão de suas atribuições públicas, no intuito de intimidar e desestabilizar o Estado.

O grupo criminoso matou MELISSA DE ALMEIDA ARAÚJO com diversos disparos de arma de fogo direcionados a seu rosto, após ter surpreendido a psicóloga enquanto ela chegava em casa depois de ter buscado o seu filho na escola.

Conforme se extrai do material probatório dos autos, o marido da vítima, **ROGÉRIO BATISTELLA FERRAREZI**, tinha acabado de estacionar seu veículo na garagem de casa e estava retirando seu filho da cadeirinha que estava dentro do automóvel quando os criminosos invadiram o condomínio em que a família morava para iniciar a execução da servidora pública federal.

ROGÉRIO BATISTELLA FERRAREZI é policial civil e trocou tiros com os bandidos, deixando um dos malfeitores morto no interior do conjunto residencial. Apesar disso, sofreu graves ferimentos no confronto e foi socorrido pelos vizinhos, juntamente com seu filho, após o momento de terror e pânico vivenciado.

O fato mobilizou todas as forças policiais que se deslocaram imediatamente para o local e iniciaram perseguição contra os executores do crime.

A polícia abateu mais um dos bandidos em confronto e logrou êxito em realizar a prisão em flagrante dos acusados **WELLINGTON FREITAS DA ROCHA** e **EDY CARLOS CAZARIM**. Os denunciados **ELNATAN CHAGAS DE CARVALHO** e **ANDRESSA SILVA DOS SANTOS** foram presos durante as investigações e **ROBERTO SORIANO** supostamente foi o mandante do crime e cometeu o delito de dentro do sistema penitenciário federal, onde estava e se mantém custodiado.

Outro envolvido no assassinato de **MELISSA DE ALMEIDA ARAÚJO** foi **ALBERTO RAIMUNDO**, denunciado por ser mentor intelectual do crime, responsável por montar e coordenar a equipe criminosa, cuidando de toda a logística e organização do delito desde o planejamento até a sua execução.

ALBERTO RAIMUNDO estava foragido, mas, segundo o informado nos Autos n.º 5005544-02.2019.4.04.7005, foi morto pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, da Polícia Militar, no dia 05/05/2020, na região metropolitana de Curitiba/PR, após ter recebido os agentes policiais a tiros no local em que residia.

A imprensa de Cascavel/PR, sempre atenta ao desenrolar do caso, repercutiu o fato da seguinte forma:

(...)

Com efeito, a perseguição penal deixou clara a periculosidade dos agentes, não só pelo *modus operandi* dos crimes cometidos, mas também pelo vasto histórico penal dos envolvidos e sua ligação com o Primeiro Comando da Capital - PCC.

O delito envolveu membros da alta hierarquia da facção criminosa, inclusive com histórico de envolvimento em outros assassinatos de policiais, e foi cometido mediante criteriosa organização, longo planejamento e com grande estrutura logística abarcada.

Segundo o contido nos autos, foram mais de dois meses entre a ordem e a execução do crime, sendo certo que a estrutura delitiva exigiu investimento de muito dinheiro.

Nenhum dos acusados residia em Cascavel/PR e todo o deslocamento do grupo delitivo foi custeado pela organização criminosa.

A permanência dos agentes na cidade pelo período necessário à realização das funções previamente estabelecidas pela equipe também foi incumbência do Primeiro Comando da Capital. Para o sucesso do plano, dois imóveis foram alugados nas proximidades de possíveis alvos do crime, locais determinados após a realização de campanhas na saída dos servidores da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR.

De acordo com as provas, diversas vigilâncias e estudos sobre a rotina dos agentes penitenciários federais que poderiam ser mortos foram realizadas.

Ao todo, foram utilizados três carros na prática do crime, incluindo veículos receptados para o cometimento do delito, armas de alto poder ofensivo e com uso restrito, além de diversos documentos falsificados.

Durante a instrução processual também ficou clara a preocupação de réus e testemunhas com eventuais represálias por parte da organização criminosa.

As circunstâncias do crime tornam evidente a sua relevância para o Primeiro Comando da Capital e também denotam a excepcionalidade do fato para toda a sociedade local.

Logicamente um crime de tamanha proporção foi largamente divulgado na mídia e é difícil encontrar uma pessoa que desconheça o caso na cidade.

Acompanhe-se algumas manchetes sobre os fatos, divulgadas em importantes jornais nacionais:

(...)

O Conselho Federal de Psicologia emitiu nota de pesar em seu site oficial (<https://site.cfp.org.br/cfp-de-luto-pelo-assassinato-da-psicologa-melissa-de-almeida-araujo>):

(...)

O crime causou grande comoção na região de Cascavel/PR, sobretudo quando divulgada a sua real motivação. A cidade se viu refém de uma facção criminosa de alta periculosidade e com grande estrutura econômica, que promovia atentados na região a fim de causar pânico social e impor pressão no Estado para obter benefícios no sistema prisional:

(...)

O terror se espalhou aos agentes federais de todo o país:

(...)

Com o crime, todo o país voltou os olhos para o que estava ocorrendo nas proximidades das penitenciárias federais e a Polícia Federal intensificou as investigações sobre o Primeiro Comando da Capital - PCC, descobrindo que Cascavel/PR possuía uma célula de inteligência preparada para realizar ações criminosas da facção, fato que também foi explorado pela mídia nacional e local:

(...)

Neste contexto, a denominada "Operação Dictum" foi deflagrada pela Polícia Federal, no dia 03/04/2018, com o objetivo de enfraquecer o enraizamento da facção, combatendo os núcleos do PCC existentes na região de Cascavel/PR:

(...)

A cidade de Cascavel/PR é atrativa para as organizações criminosas em razão de sua posição estratégica, já que está localizada em uma região de fronteira com o Paraguai e a Argentina, rota do tráfico internacional de drogas e armas. E por estar a apenas sessenta quilômetros de Catanduvas/PR, atrai ainda mais o interesse das facções pelo domínio da região. Vale anotar que grande parte dos servidores que trabalham na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR residem em Cascavel/PR.

Nesse sentido, cito trecho da matéria "Ordem do PCC: Metade dos agentes marcados para morrer é da região", do jornal "O Paraná", que abordou o tema no dia 23/08/2017:

<https://oparana.com.br/noticia/ordem-do-pcc-metade-dos-agentes-marcados-para-morrer-e-da-regiao/>

Cascavel tem célula de inteligência do PCC

Além da célula em Salto Del Guairá, outra instalada na região preocupa e muito. Há um núcleo do PCC na cidade de Cascavel preparado para realizar ações como executar agentes de segurança. "Por que você acha que mataram dois agentes em Cascavel e não em Mossoró, não em Porto Velho nem em Campo Grande que é onde estão os outros presídios federais? Fizeram isso porque em Cascavel eles estão mais próximos de quem matar. Com um núcleo na cidade eles não precisam se deslocar, promover uma intensa logística para ir a outros pontos do País encontrar aqueles que eles planejam assassinar. Fica evidente que eles escolhem as vítimas aleatoriamente, aqueles agentes de segurança que estão ao alcance como aconteceu como o agente morto numa emboscada em setembro do ano passado e a psicóloga que foi morta em maio último. Nas duas situações os matadores estavam muito bem municiados de informações porque estavam sediados na base de Cascavel e sabiam da rotina dos agentes mortos", alerta um investigador das forças de inteligência que por questões estratégicas e de segurança não pode ser identificado.

Mesmo com todos os esforços das Forças Policiais para diminuir a criminalidade e o poder das organizações criminosas, o Primeiro Comando da Capital - PCC ainda possui grande potencial ofensivo na região e continua praticando crimes que colocam medo na população, como o mega-assalto cometido à Empresa Prosegur, em Cidade do Leste/PY, no qual cerca de quarenta pessoas foram responsáveis pelo roubo de mais de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais):

(...)

De acordo com a Polícia Federal, depois do Estado de São Paulo, o PCC tem no Paraná o seu braço mais forte, com a presença de vários líderes do segundo nível da organização:

(...)

Por todo o exposto, constatada a periculosidade da facção criminosa e dos acusados que cometeram os delitos, bem como a forte estrutura local e todas as circunstâncias do crime e o contexto histórico do local dos fatos, resta evidenciado o temor dos jurados de Cascavel/PR no caso concreto.

Além disso, a larga repercussão na mídia e na sociedade local deixam ainda mais em risco a aplicação da justiça na hipótese, pois influenciam o ânimo dos julgadores a ponto de comprometer o livre convencimento.

O conjunto destas situações constitui motivo real para que eventual Conselho de Sentença não se sinta à vontade para decidir o caso com justiça, calma e imparcialidade.

*Assim, sendo fortes os indícios de que não haverá a necessária parcialidade na atuação do júri no julgamento do feito em virtude do temor causado na sociedade local e da incerteza quanto à tranquilidade e serenidade dos jurados, **REPRESENTO** ao Egrégio Tribunal Regional da 4ª Região pelo desaforamento do presente feito.*

(...)"

2. Desaforamento do julgamento - premissas gerais

Assim estabelece o Código de Processo Penal quanto ao desaforamento do julgamento pelo Tribunal do Júri, nas hipóteses que aqui interessam:

Art. 427. *Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.*

§ 1º *O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente e terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.*

§ 2º *Sendo relevantes os motivos alegados, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri.*

§ 3º *Será ouvido o juiz presidente, quando a medida não tiver sido por ele solicitada.*

§ 4º *Na pendência de recurso contra a decisão de pronúncia ou quando efetivado o julgamento, não se admitirá o pedido de desaforamento, salvo, nesta última hipótese, quanto a fato ocorrido durante ou após a realização de julgamento anulado.*

Art. 428. *O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.*

§ 1º *Para a contagem do prazo referido neste artigo, não se computará o tempo de adiamentos, diligências ou incidentes de interesse da defesa.*

§ 2º *Não havendo excesso de serviço ou existência de processos aguardando julgamento em quantidade que ultrapasse a possibilidade de apreciação pelo Tribunal do Júri, nas reuniões periódicas previstas para o exercício, o acusado poderá requerer ao Tribunal que determine a imediata realização do julgamento.*

O desaforamento consiste no deslocamento da competência territorial de uma comarca ou subseção judiciária (fixada com base nos critérios do artigo 70 do CPP) para outra, onde se dará o julgamento pelo Tribunal do Júri, tratando-se, pois, de medida excepcional, autorizada apenas nas hipóteses previstas nos artigos 427 e 428 do Código de Processo Penal, a saber: **(a)** se recomendar o interesse da ordem pública; **(b)** se houver dúvida sobre a imparcialidade do júri; **(c)** se houver dúvida sobre a segurança do réu; e **(d)** quando o julgamento não for realizado no prazo de seis meses, contados da preclusão da decisão de pronúncia, desde que comprovado excesso de serviço e evidenciado que a demora não foi provocada pela defesa.

3. Fundamento da representação

A representação pelo desaforamento do julgamento formulada pelo Juízo da 4ª Vara Federal de Cascavel/PR tem como fundamento a existência de dúvida sobre a imparcialidade do júri, uma vez que, no entender do magistrado, a *periculosidade da facção criminosa* supostamente envolvida (PCC) e dos *acusados que teriam cometido os delitos*, bem como a *forte estrutura local* do grupo, todas as *circunstâncias do crime* e o *contexto histórico do local dos fatos*, somados à *larga repercussão do fato na mídia e na sociedade local*, evidenciariam o *temor dos jurados de Cascavel/PR no caso concreto*.

Pois bem.

A respeito da dúvida sobre a imparcialidade do júri, leciona Guilherme de Souza Nucci (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 8ª ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 760):

"Dúvida sobre a imparcialidade do júri: é questão delicada apurar esse requisito, pois as provas normalmente são frágeis para apontar a parcialidade dos juízes leigos. Entretanto, é, dentre todos os motivos, em nosso entender, o principal, pois compromete, diretamente, o princípio constitucional do juiz natural. Não há possibilidade de haver um julgamento justo com um corpo de jurados parcial. Tal situação pode dar-se quando a cidade for muito pequena e o crime tenha sido gravíssimo, levando à comoção geral, de modo

que o caso vem sendo discutido em todos os setores da sociedade muito antes do julgamento ocorrer. Dificilmente, nessa hipótese, haveria um Conselho de Sentença imparcial, visto que a tendência a uma postura ou outra já estará consolidada há muito tempo”

No caso concreto, entendo que, de fato, se faz presente a hipótese de dúvida sobre a imparcialidade do júri, o que torna viável o acolhimento da representação. Explico.

Como bem pontuado pelo juízo de origem, o fato em questão teve grande repercussão na mídia e na sociedade local não apenas em razão da sua gravidade concreta, como também - e principalmente - pelas razões que, de acordo com a investigação policial, estariam por trás do homicídio de MELISSA DE ALMEIDA ARAÚJO, psicóloga na Penitenciária Federal de Catanduvas.

Veja-se que, conforme narrado na inicial acusatória da Ação Penal, os elementos apurados no curso da investigação apontaram que a ação delitiva teria servido a interesses da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), a qual teria agido em represália à atuação do Estado brasileiro no controle rigoroso da disciplina interna nas quatro unidades do sistema penitenciário federal - sobretudo na penitenciária de Catanduvas, distante distante cerca de 55 Km de Cascavel.

Tais elementos, como se vê das manchetes reproduzidas na representação, foram amplamente divulgados na imprensa à época dos fatos, sendo, inclusive, suscitada a vinculação desse crime com outro homicídio ocorrido cerca de nove meses antes na cidade de Cascavel - quando outro agente penitenciário federal (ALEX BELARMINO ALMEIDA SILVA) fora assassinado a tiros em um bairro residencial, enquanto se deslocava para o trabalho. Conquanto as informações referentes a esse outro delito não digam respeito, diretamente, ao presente caso, sendo objeto de feito diverso - conforme ressalta a defesa do acusado ROBERTO SORIANO (evento 21) -, a menção ao ocorrido se justifica, uma vez que fora noticiado no mesmo contexto de violência praticada, em tese, por integrantes da mesma organização criminosa, no mesmo local e com idêntica motivação.

Consta, ainda, ter havido divulgação na mídia do fato de o delito ter sido objeto de longa e dispendiosa preparação por parte do grupo criminoso, que, ademais, teria constituído na localidade um de seus braços mais fortes, aproveitando-se da proximidade da penitenciária de Catanduvas (onde recolhidos diversos integrantes da organização) e, principalmente, da sua posição estratégica, situada em uma região de fronteira com o Paraguai e a Argentina, rota do tráfico internacional de drogas e armas.

Nesse contexto, e considerando que Cascavel se trata de município relativamente pequeno (com cerca de 330 mil habitantes, estimativa do IBGE para 2020 - disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/panorama>), é razoável considerar que o fato objeto dos autos tenha causado certa comoção na

comunidade, gerando algum nível de alteração nos ânimos apto a afetar a imparcialidade dos indivíduos eventualmente escolhidos para compor o corpo de jurados - seja por medo de represálias por parte da organização criminosa supostamente responsável pelo crime ou por uma predisposição à animosidade em relação aos acusados - , efeito esse que não se pode ter por exaurido simplesmente em razão do decurso do tempo desde a ocorrência do fato, porquanto nada indica que tenha havido alguma alteração nas condições que colocaram a população local em tal situação de alerta - em especial, a atuação do grupo criminoso na região.

Convém ressaltar, ainda, que a opinião do juiz da causa, em razão da proximidade com o fato, as partes, os dados do processo e sobretudo a comunidade local, é de suma relevância na aferição da existência de dúvida quanto à imparcialidade do corpo de jurados a ser formado. Nesse sentido, tem se firmado a jurisprudência das Cortes Superiores:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. DESAFORAMENTO. DÚVIDAS EM RELAÇÃO À IMPARCIALIDADE DOS JURADOS. MOTIVOS CONCRETOS E RELEVANTES QUE COMPROMETEM O JULGAMENTO POPULAR. TRANSFERÊNCIA PARA A COMARCA DA CAPITAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Esta Corte Superior firmou o entendimento de que o desaforamento do processo, com sua transferência para a comarca da Capital, não viola o art. 427 do Código de Processo Penal, uma vez que a escolha da nova localidade deve ser com lastro em fatos concretos, levando-se em conta o interesse da ordem pública, a imparcialidade do júri ou, ainda, eventual risco à segurança pessoal do acusado, não havendo obrigatoriedade de se remeter o feito à Comarca mais próxima. 2. Estando o juiz da causa mais próximo das partes e da própria comunidade julgadora, tem maior sensibilidade para aferir os detalhes e os problemas que envolvem o processo, motivo pelo qual, em feitos deste jaez, suas informações alcançam enorme relevância para a apreciação do pedido em tela, podendo muito bem aferir o peso de possível parcialidade do Tribunal do Júri (HC 307.963/PI, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017). 3. Agravo regimental improvido. (STJ, AgRg no HC 490.467/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 05/04/2019)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DESAFORAMENTO. NECESSIDADE. DÚVIDA QUANTO À IMPARCIALIDADE DOS JURADOS. MANIFESTAÇÃO DO JUIZ PRESIDENTE. RELEVÂNCIA. (...) III - Deve-se, na linha da orientação firmada no âmbito desta Corte, dar primazia à opinião do Juiz Presidente do Tribunal do Júri acerca da necessidade de desaforamento, pois, próximo dos fatos e da comunidade, detém mais condições de avaliar possível comprometimento da imparcialidade dos jurados. Recurso especial provido. (STJ, REsp 1483838/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 04/09/2015)

JÚRI - DESAFORAMENTO. O desaforamento pressupõe quadro que revele impróprio o julgamento na comarca em que cometido o crime, sendo relevantes as informações prestadas pelo juiz

presidente do Tribunal do Júri. (STF, HC 93939, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 21/10/2008, DJe-025 DIVULG 05-02-2009 PUBLIC 06-02-2009 EMENT VOL-02347-03 PP-00574)

*"HABEAS CORPUS" - DESAFORAMENTO - MEDIDA EXCEPCIONAL - INCIDENTE CAUSADO PELO IRMAO DO RÉU - FATO SUPERADO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA QUEBRA DA IMPARCIALIDADE DO JÚRI - IMPORTANCIA DAS INFORMAÇÕES DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU - IRRELEVÂNCIA DA DIVULGAÇÃO DO INCIDENTE PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CPP, ART. 424 - NORMA DE DIREITO ESTRITO - INOCORRENCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - PEDIDO INDEFERIDO. - (...) **A manifestação do juiz, em informações atualizadas e precisas, revela-se de fundamental importância - ante a idoneidade de que se reveste a sua opinião - na apreciação do pedido de desaforamento, que só deve ser concedido quando houver prova inequívoca de que ocorre qualquer dos pressupostos taxativamente referidos no art. 424 do Código de Processo Penal. (...) (HC 70228, Relator(a): CELSO DE MELLO, Primeira Turma, julgado em 04/05/1993, DJ 04-06-1993 PP-11013 EMENT VOL-01706-01 PP-00166)***

Ressalte-se, ainda, que, ao contrário do que sustenta a defesa de ROBERTO SORIANO (evento 21), o exame dos mencionados elementos por esta Corte **não implica que se tenha por comprovado que os fatos se deram exatamente como narrados pela acusação** - até porque tal exame compete exclusivamente ao Tribunal do Júri, juiz natural dos processos por crimes dolosos contra a vida, cujos vereditos são soberanos - **ou que a manutenção do julgamento na Subseção de Cascavel/PR importará, necessariamente, em decisão parcial**. Em verdade, o que se reconhece é que, frente aos elementos trazidos aos autos, existe fundada dúvida acerca da imparcialidade do corpo de jurados a ser formado naquela localidade, o que é suficiente para determinar o desaforamento.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal:

*DESAFORAMENTO: DÚVIDA FUNDADA SOBRE A PARCIALIDADE DOS JURADOS. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DE AMBAS AS PARTES E DO JUÍZO LOCAL NO SENTIDO DO DESAFORAMENTO, COM INDICAÇÃO DE FATO CONCRETO INDICATIVO DA PARCIALIDADE DOS JURADOS. ORDEM CONCEDIDA. 1. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal, a definição dos fatos indicativos da necessidade de deslocamento para a realização do júri - desaforamento - dá-se segundo a apuração feita pelos que vivem no local. **Não se faz mister a certeza da parcialidade que pode submeter os jurados, mas tão somente fundada dúvida quanto a tal ocorrência.** 2. A circunstância de as partes e o Juízo local se manifestarem favoráveis ao desaforamento, apontando-se fato "notório" na comunidade local, apto a configurar dúvida fundada sobre a parcialidade dos jurados, justifica o desaforamento do processo (Código de Processo Penal, art. 424). 3. Ordem parcialmente concedida para determinar ao Tribunal de Justiça pernambucano a definição da Comarca para onde o processo deverá ser desafortado. (HC 93871, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Primeira*

Turma, julgado em 10/06/2008, DJe-142 DIVULG 31-07-2008 PUBLIC 01-08-2008 EMENT VOL-02326-05 PP-00900 RT v. 97, n. 877, 2008, p. 520-523)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ART. 427 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DESAFORAMENTO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PLENITUDE DE DEFESA. DÚVIDA SOBRE A IMPARCIAL(...) III - Ao contrário do que decidido pelo Tribunal local, a legislação penal e processual penal não exigem o acompanhamento de provas concretas ou “a certeza da parcialidade que pode submeter os jurados, mas tão somente fundada dúvida quanto a tal ocorrência” (HC 109.023/SP, Rel. Min. Dias Toffoli). IV - In casu, entendo suficientes as alegações que justificam a modificação da competência territorial, especialmente porque essa conclusão não traz qualquer dano à acusação, o que não se poderia afirmar na hipótese a contrario sensu. V - Agravo regimental a que se nega provimento. (HC 167960 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 14/05/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-110 DIVULG 24-05-2019 PUBLIC 27-05-2019)

Por fim, digna de nota é a circunstancia de, além do Juízo local, o Ministério Público e a defesa de um dos réus terem se manifestado favoravelmente ao desaforamento, apontando, em consonância, elementos aptos a configurar fundada dúvida sobre a parcialidade do júri a ser formado na comunidade local, o que reforça a necessidade do desaforamento no caso concreto.

Por todas as razões expostas, havendo fundadas dúvidas acerca da imparcialidade do corpo de jurados que venha a ser formado no município de Cascavel/PR, impõe-se o desaforamento do julgamento em questão.

3.1. Reconhecida a necessidade de se deslocar o júri, impõe-se definir o local a ser realizado o julgamento, onde não se verifiquem os motivos que levaram à adoção da medida.

Ainda que o artigo 427 do CPP estabeleça a preferência das comarcas mais próximas, nem sempre tal escolha se mostra viável, uma vez que, *a depender do caso concreto, é possível que o crime acarrete uma comoção regional, com um impacto que transcenda os limites territoriais da cidade onde o delito foi perpetrado*, justificando, inclusive, em casos de competência da Justiça Federal, o desaforamento para outro Estado da Federação, desde que dentro dos limites territoriais de competência do respectivo Tribunal Regional Federal (LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal: volume único. 8 ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2020, p. 1.484).

In casu, ainda que a divulgação do fato tenha se dado em âmbito nacional, não se pode negar que a comunidade potencialmente mais afetada foi aquela da região oeste (e adjacências) do Estado Paraná, mais afetada pelas atividades da organização criminosa supostamente responsável pelo delito. Daí se segue que, não se podendo estabelecer um local mais próximo onde os efeitos do delito sejam de menor monta, **convém determinar-se que o julgamento seja realizado**

na Subseção de Curitiba/PR, onde se presume que, dado o distanciamento dos fatos e o porte da cidade, será possível a continuidade do julgamento com a necessária isenção.

Ante o exposto, voto por acolher a representação pelo desaforamento, para o fim de determinar que o julgamento do Procedimento Especial dos Crimes de Competência do Júri nº 5000465-76.2018.4.04.7005/PR seja realizado na Subseção de Curitiba/PR.

Documento eletrônico assinado por **JOÃO PEDRO GEBRAN NETO, Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40002069602v49** e do código CRC **525592a9**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

Data e Hora: 18/9/2020, às 18:50:28

5036772-24.2020.4.04.0000

40002069602.V49